

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005826-70.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **THIAGO MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

**VISTOS****THIAGO MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA**

(R. G. 47.645.000-7), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 168, § 1º, inciso III, c. c. o artigo 71, ambos do Código Penal, porque no período compreendido entre o mês de dezembro de 2013 e 10 de fevereiro de 2014, em horários não determinados, nesta cidade e comarca, apropriou-se, de modo continuado, de R\$ 9.484,06, referentes a pagamentos feitos por clientes da empresa vítima *Kit'scap Atacado de Auto Peças Lt da.*, empregadora do denunciado naquele período, quando ele exercia a função de cobrança e coleta de valores devidos em razão do fornecimento de peças automotivas, valores esses que lhe foram entregues pelos representantes das diversas empresas que estão descritas na denúncia e que não foram repassados para a empresa vítima, deles se apropriando.

Recebida a denúncia (fls. 150), o réu foi citado (fls. 157) e através de defensor público respondeu a acusação (fls. 161/162). Sem motivos para a absolvição sumária, na instrução foi inquirido o representante da vítima (fls. 231) e ouvidas oito testemunhas de acusação (fls. 232/237, 246 e 255) e quatro testemunhas de defesa (fls. 247/249). O réu interrogado (fls. 256). Em alegações finais o Ministério Público opinou pela condenação, nos termos da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

denúncia (fls. 258/264). A defesa, preliminarmente, argumentou a possibilidade de aplicação do instituto da suspensão condicional do processo de que trata o artigo 89 da Lei 9099/95. No mérito, pugnou pela absolvição sustentando a insuficiência de provas e, subsidiariamente, pelo reconhecimento do crime privilegiado previsto no artigo 170 do Código Penal (fls. 274/278).

**É o relatório.**  
**D E C I D O.**

Não tem aplicação, “in casu”, do instituto da suspensão condicional do processo, porquanto foram diversos delitos em continuidade delitiva (Súmula 243 do STJ).

No mérito, o réu era funcionário da empresa vítima, KIT'SCAP ATACADO DE AUTO PEÇPAS LTDA., realizando cobranças de clientes que compravam a crédito.

Entre as testemunhas de acusação ouvidas estão alguns clientes que efetuaram os pagamentos de seus débitos para o réu e foram depois cobrados novamente, quando então apresentaram as quitações assinadas pelo acusado nos papéis que possuíam (fls. 233, 234, 235, 236 e 237).

Os documentos de fls. 30/49 mostram os valores desses clientes recebidos pelo réu e onde o mesmo dava a quitação.

Sustenta o representante da vítima de que tais valores recebidos pelo réu não foram repassados para a empresa, fato percebido quando, no período de férias do acusado, cobranças em aberto foram feitas e os clientes informaram que realizaram os pagamentos e exibiram o comprovante da quitação (fls. 231). O mesmo foi dito pelo gerente Rubens Bressan Neto (fls. 232).

O réu, ao ser ouvido na Delegacia de Polícia, simplesmente disse que a acusação não tinha procedência (fls. 115). Em Juízo voltou a negar a acusação e disse que todos os valores que recebeu nas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

cobranças que realizou repassou o dinheiro para a firma, acrescentando que o gerente Rubens lhe procurou informando que clientes estavam dizendo que já tinham quitados seus débitos, desconfiando ele que a funcionária Crislaine estava ficando com o dinheiro. Então foi pedido a ele que cobrasse mais de clientes para repor o prejuízo, como já tinha feito anteriormente na saída de outro cobrador, que também havia se apropriado de dinheiro. Como não concordou com a proposta foi sugerido que ele pedisse demissão com devolução dos 50% da multa rescisória. Também não concordou e procurou o sindicato, acrescentando que nessa ocasião foi pedido a ele que assinasse um recibo de empréstimo de doze mil reais. Recusou a proposta e ingressou com ação trabalhista contra a firma (fls. 256).

Sobre o citado empréstimo, a questão está explicada nos depoimentos do representante da firma Flávio e do gerente Rubens (fls. 231 e 232).

Nenhuma relevância tem referido empréstimo com os fatos noticiados nesta ação penal. O que importa verificar aqui é sobre ter o réu se apropriado de valores da empresa que chegaram à sua mão em decorrência da atividade que exercia e foram desviados do seu destino.

De fato está provado que o réu recebeu, de diversos clientes, valores que pertenciam à firma, conforme quitação por ele fornecida aos devedores por ocasião dos recebimentos, como mostram os documentos juntados (fls. 30/49). Não demonstrou ter repassado o dinheiro recebido para a empresa.

Segundo o testemunho de Rubens Bressan Neto, o réu, sendo convocado para se explicar, “assumiu que em alguns dos casos ele de fato havia recebido em dinheiro e usado o mesmo para saldar compromissos particulares” (fls. 232).

Um dos valores recebidos, da empresa Saldanha e Saldanha Ltda, foi através de cheque, depositado na conta da mãe do réu, como disse a testemunha Cleide Karine Saldanha Torres (fls. 93 e 237), a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

qual contou ter solicitado a microfilmagem do cheque e constatado este fato (fls. 93, 50 e 51).

E o réu não negou o recebimento e o depósito do cheque na conta de sua mãe, explicando que isto se deu em razão do pagamento de marmitas que sua mãe fornecia aos empregados da empresa (fls. 115 e 256).

A despeito das referências existentes nos autos de que a mãe do réu em algumas oportunidades fornecia marmita para os funcionários da firma vítima, não há prova e tampouco justificativa plausível de que referido cheque representou efetivamente tal pagamento. E o valor do cheque (R\$ 520,00 – fls. 50) é muito superior ao custo do fornecimento de poucas marmitas.

Assim, tenho como comprovado que o réu recebeu de clientes valores que pertenciam à sua empregadora, chegando até a depositar em conta bancária de familiar um cheque representativo desses recebimentos. E não provou o denunciado ter repassado o dinheiro dos valores recebidos para a empresa.

É certo que incumbe à acusação provar os fatos descritos na denúncia. Mas também é certo que é ônus do acusado provar os fatos que fundamentam sua defesa, nos termos do artigo 156, primeira parte, do Código de Processo Penal, que diz: “A prova da alegação incumbirá a quem a fizer ...”.

Nesse sentido a doutrina de DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS: **“Em processo penal, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. É a regra contida na primeira parte da disposição (art. 156 do CPP). Assim a prova deve ser feita por quem alega o fato, a causa ou a circunstância”** (DIS – Direito Informatizado Saraiva nº 01 – Editora Saraiva – 1ª edição).

No mesmo diapasão a jurisprudência:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**“Prova — Alegação, pela defesa, de fato novo — Inversão do ônus probante — Ocorrência: No sistema processual pátrio, a mera alegação, cujo objetivo seja a escusa da responsabilidade, não tem o condão de abalar o conjunto probatório já produzido, pois ainda que o ônus de provar a imputação da denúncia seja do Órgão Ministerial, alegando a defesa fato novo, cumpre-lhe demonstrá-lo” (TACRIM-SP, Rel. Passos de Freitas, RJDTACRIM 26/160).**

**“O álibi, enquanto elemento de defesa, deve ser comprovado, no processo penal condenatório, pelo réu a quem seu reconhecimento aproveita” (STF - HC 68.964-7-sp, REL., Min. Celso de Mello, DJU 22.04.94).**

**“No sistema processual pátrio, a mera alegação, cujo objetivo seja a escusa de responsabilidade, não tem o condão de abalar o conjunto probatório já produzido, pois ainda que o ônus de provar a imputação da denúncia seja do Órgão Ministerial, alegando a defesa fato novo, cumpre-lhe demonstrá-lo” (TACRIM-SP, RJD 26/160) (TJSC- ACr 2003.009957-3 — 2ª c.Crim — Rel. Des. Maurílio Moreira Leite — j. 10.05.2003).**

**“Em sede penal, álibi não comprovado equivale a confissão por falta de argumento defensivo. Inviável a absolvição por falta de provas, quando o contexto probatório do processo indica sem dúvidas a prática do ilícito pelo acusado, auxiliado pelas informações dos próprios familiares conduzindo a certeza da autoria” (TJSC — Acrim 2003.025395-5 — 1ª C. Crim. — Rel. Des. Sólon d’Eça Neves — DJSC 24.05.2004).**

**“Quem oferece álibi e não o comprova, autoriza a conclusão adversa contida na denúncia, robustecendo a imputação contra si lançada pela Justiça Pública. A conclusão ainda se reforça quanto menos se mostre plausível a escusa oferecida pelo réu para a comprometedor situação em que se viu preso em flagrante” (Apelação nº 1.140.137-1, Rel. Renato Nalini — RT 745/692).**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No caso dos autos, não se desincumbiu o réu de produzir prova de sua alegação, situação que poderia tirar de sua conduta a responsabilidade criminal que lhe foi irrogada.

Portanto, sua conduta se enquadra perfeitamente no preceito criminal que lhe foi atribuído, porque se apropriou indevidamente de valores que não lhe pertenciam, dando a ele outro destino, como se dono fosse.

Impõe-se, portanto, a condenação do réu, inclusive pela majorante do inciso III do § 1º do artigo 168 do Código Penal, que também está configurada, porquanto o mesmo agiu em razão de emprego.

Foram várias apropriações, caracterizando o crime em cada uma delas. Como aconteceram com similitude de tempo, lugar e maneira de execução, um deve ser considerado como continuidade do outro, aplicando-se a regra do artigo 71 do Código Penal.

Não é possível, na espécie, reconhecer a figura do crime privilegiado como prevê o artigo 170 do Código Penal, pois deve-se considerar o montante da apropriação, que atingiu quantia bem elevada (R\$ 9.484,06).

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, bem como que o réu é primário, fixo a pena-base de cada crime no mínimo, isto é, em um ano de reclusão e 10 dias-multa. Acrescento um terço em razão do disposto no § 1º do artigo 168 do Código Penal, o que totaliza um ano e quatro meses de reclusão e 13 dias-multa para cada crime. Agora, em razão da continuidade delitiva e da quantidade de crimes cometidos, imponho o acréscimo de metade, totalizando a pena definitiva em **dois (2) anos de reclusão e 19 dias-multa, no valor mínimo**. Deixei de aplicar a regra do artigo 72 do Código Penal porque não existe precisão da quantidade de crimes cometidos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Presentes os requisitos do artigo 44 e seu § 2º, do Código Penal, substituo a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade e outra de multa, que fica estabelecida em 10 dias-multa.

Condeno, pois, **THIAGO MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA** à pena de **2 (dois) anos reclusão e 19 dias-multa, no valor mínimo**, substituída a carcerária por **uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo tempo, e outra de 10 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 168, § 1º, inciso III, c. c. o artigo 71, todos do Código penal.

Em caso de conversão à pena originária, o regime será o **aberto**.

Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

P. R. I. C.

São Carlos, 15 de abril de 2016.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**